SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

CSP Conlutas
FENAJUFE

Segunda-feira, 28 de maio de 2012 | JJ453 | 13.000 exemplares | Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP | **Gestão: Unidade e Luta 2011/2014** | Tel.: (11) 3222-5833

Dia 30, quarta-feira, paralisação de 24 horas, pela aprovação do PCS

Todos ao TRE

Concentração à partir das 10h e às 15h assembleia estadual para definir os rumos da mobilização

Joca Duarte



17/05/2012 - Dia Nacional de Luta pelo PCS, em frente ao TRE

A paciência acabou! Acumulando uma perda salarial de quase de 40%, os servidores não aguentam o congelamento salarial. Dia 30, próxima quarta-feira, a categoria está sendo chamada a paralisar as atividades por 24 horas em todo local de trabalho. Dos maiores prédios da capital, aos fóruns e cartórios eleitorais do interior, os servidores são chamados a organizar a luta pela aprovação imediata do PCS.

Todos devem aderir a paralisação em seu local de trabalho e se dirigir em frente à sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na Rua Francisca Miquelina, 123, na capital. Às 15h acontece a assembleia estadual que definirá os rumos da mobilização.

No último sábado (26), a Reunião Ampliada da Fenajufe indicou um calendário de luta, que será debatido na assembleia do dia 30, onde vamos implementá-lo, para retomada da mobilização.

Na última semana houve uma série de novas movimentações do presidente do STF, ministro Ayres Britto e da presidente do TSE, ministra Carmen Lúcia em relação ao PCS. Porém, nas assembleias setoriais da semana passada a categoria reafirmou: "mais do que palavras, queremos abertura imediata das negociações".

Na opinião do sindicato, a promessa de negociação, é mais um motivo para a mobilização!

JT Santos

Servidores cobram pronunciamento da Administração do TRT-2

Servidores de Santos continuam trabalhando em péssimas condições (pág. 04)

Unidade

Conjunto do Funcionalismo protesta em Brasília

Dia 05 de julho, os servidores vão dizer não ao congelamento salarial (pág 03)

Reunião Ampliada

Aprova atos e paralisações nos estados

Paralisação dia 30 de maio e greve em 13 de junho com os federais. (pág 03)



Mais 15 dias?

Ministro Ayres Britto, se reúne com deputados da CFT que teria pedido mais 15 dias para buscar negocição

Em reunião com o presidente do STF, servidores alertam sobre greve (**pág. 3**)



Joca Duarte
22/05/2012

Ato no TRE Alameda Nothmann

Indignação no almoxarifado: Para mostrar a indignação com seis anos de salários congelados, os trabalhadores do Almoxarifado do TRE/SP aderiram ao ato realizado na porta do prédio no início da tarde de terça-feira (22), e reafirmaram que sem negociação pode não haver eleição.

Com o salário congelado, a Previdência sendo privatizada e o serviço público massacrado, o próprio governo Dilma com sua política de desmonte já coloca em risco a realização das eleições se não abrir as negociações sobre o PCS.



Foto de servidor
23/05/2012

Organize sua caravana ao TRE dia 30/05

Organize a caravana do seu local de trabalho para participar da paralisação de 24h pela aprovação do PCS-4, dia 30 de maio, às 10 horas, em frente ao TRE-SP.

Precisamos acumular o maior número de servidores para demonstrar a força da nossa mobilização.

1 - Convoque os colegas para se reunir no local de trabalho procurando sempre o melhor horário para facilitar a participação de todos.

2 - Entre no site do sindicato para buscar as informações sobre o processo de negociação referente ao PCS-4 (www.sintrajud.org.br);

3 - Passe uma lista de presença para organizar a vinda de todos à paralisação de 24h, no dia 30 de maio, às 10h, em frente ao TRE-SP (Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista);

4 - De posse da lista com os nomes e telefone, ligue no sindicato para a Secretaria pelo telefone (11) 3222-5833 e solicite a locação de uma van ou ônibus para o deslocamento entre as cidades para a capital;

5 - Tragam faixas com o nome da cidade;

6 - Materiais de organização como: faixas, cartazes, adesivos, devem ser solicitados na secretaria, com a maior antecedência possível;

Nossa luta faz acontecer!

Ideias

Será retomado com a edição do jornal de 8 páginas

STF diz que vai negociar, Câmara não vota PCS e servidores preparam protestos

Deputados se reúnem com Ayres Britto, que teria pedido 15 dias para negociar com governo; assembleias preparam mobilização e debatem greve

É preciso acelerar e ampliar a mobilização para incidir com mais força num cenário no qual o presidente do Supremo Tribunal Federal promete enfim iniciar as negociações entre o Executivo e o Judiciário em torno do projeto salarial da categoria.

...servidores ocuparam o Plenário 4 da Câmara...

É o que defende o servidor Antonio Melquíades, o Melqui, diretor da federação nacional (Fenajufe) e do sindicato de São Paulo (Sintrajud), ao analisar o resultado da sessão da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara desta quarta-feira (23).

Mais uma vez servidores ocuparam o Plenário 4 da Câmara para pressionar os deputados a votar o PL 6613/2009, incluído na pauta pela sexta reunião consecutiva.

Não foi votado. Desta vez, houve quórum, embora o governo tenha mantido o veto ao projeto.

O fato novo é que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto, se reuniu na véspera com os deputados da comissão e teria solicitado um prazo de 15 dias para fazer os contatos com o governo e buscar uma solução para o caso.

A categoria em todo país realizam atos e assembleias e debatem o inicio da greve.

Reuniões entre CFT e STF

O presidente da Comissão de Finanças, deputado Antonio Andrade comunicou aos servidores sobre a reunião com Britto e que o projeto seria retirado de pauta.

Segundo ele, ficará de fora na próxima sessão e retornará à pauta na seguinte. Disse também que, pela conversa com Britto, os projetos salariais dos servidores e o dos magistrados devem caminhar juntos.

O presidente da CFT informou ainda que irá ao Ministério do Planejamento para tratar do assunto.



Direção do Si do TSE, mi

Dirigentes do s

Os dirigentes do Sintrajud Adilson Rodrigues e Antonio dos Anjos Melquiades participarão da audiência com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Carmen Lúcia, marcada para a segunda-feira (28), às 17h30, em seu gabinete. Na oportunidade será cobrada a imediata busca para aprovação do PCS-4.

Para o Sintrajud, a preocupação da ministra Carmen Lúcia com as eleições precisa se expressar não só na defesa pública do projeto que reajusta os salários dos servidores, como já vem fazendo, mas em ações concretas junto ao Executivo, para que a revisão do plano de cargos e salários seja aprovada imediatamente.

É a melh
alização da
estão cons
salários co
eleitoral.

Os diriger
do projeto
da paga aos
FC-1 e da ca
O Process

Promessa de negoci


23/05/2012 - Audiência com o Ministro Ayres Brito

Reunião nacional aprova atos e paralisações no dia 30

Servidores redefinem calendário, aprovam acampamento no STF e decidem jogar peso na Marcha a Brasília no



Valcir Araújo
26/05/2012 - Reunião ampliada da Fenajufe

Fazer de 30 de maio um dia nacional de protestos, paralisações e atos no Judiciário Federal e MPU, levando para as ruas a voz e o grito de insatisfação da categoria.

Participar com peso da Marcha a Brasília marcada para 5 de junho e voltar a pressionar, no dia seguinte, os deputados numa vigília na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Para 13 de junho, construir a greve junto com os demais servidores públicos federais, também vítimas da política de reajuste zero do governo Dilma Rousseff.

Preparar um novo acampamento em frente ao STF e, em 5 de julho, promover um

'apagão' nas Justiças E
Esse é o novo form
mobilização dos tra
na luta pelo fim do
e pela aprovação do
mulado na reunião a
nacional (Fenajufe).
O encontro realizad
Brasília, reuniu repres
catos estaduais do Juc
mos que construir a
greve com a participa
tados do país", defend
rigente do Sintrajud e
São Paulo à reunião.

Assembleia TRF-3

Unidade com o funcionalismo: A necessidade de retomar a luta pelo PCS, junto os demais segmentos do funcionalismo público federal, que também enfrentam o congelamento salarial, foi reafirmada na assembleia setorial do TRF-3, de quarta-feira (23).

Na assembleia, os servidores afirmaram que a categoria deve aproveitar o fato de o presidente do STF, ministro Ayres Britto, ter se reunido com parlamentares e pedido mais 15 dias para abrir negociação com o Planalto, para intensificar a mobilização.



Ato no TRE da Dr. Falcão

Recado está sendo dado: Os servidores do prédio da Dr. Falcão e os chefes de cartórios em curso de preparação para as eleições, participaram do ato em defesa do PCS-4 realizado nesta quinta-feira (24). A cada atividade os servidores 'engrossam' o recado ao governo Dilma de que sem negociação, não haverá eleição.

Foi o sexto ato realizado nas últimas semanas, entre os cartórios eleitorais, almoxarifado e sede do TRE-SP, e em todos eles os servidores manifestaram sua indignação quanto aos seis anos de congelamento salarial.

ntrajud irá se reunir com a presidente inistra Carmen Lúcia dia 28 de maio

sindicato vão reafirmar as reivindicações específicas da categoria e a defesa do PCS, cobrando sua aprovação na audiência marcada

or forma de evitar problemas com a re- s eleições deste ano, pois os servidores truindo a mobilização e já avisaram: **os ngelados colocam em risco o processo**

Chefes de cartórios

ntes do Sintrajud também pretendem tratar de isonomia do valor da função comissiona- chefes de cartórios que recebem, do interior pital, FC-4.

so Administrativo neste sentido foi aprova- do por unanimidade em agosto de 2011 no pleno do TSE, mas o projeto de lei que permitirá a aplicação da isonomia ainda não foi encaminhado ao Congresso Nacional.

A ministra Cármen Lúcia foi a relatora do processo à época. Em fevereiro deste ano, ao ser questionada sobre o andamento do processo, ela reafirmou a garantia da mesma função comissionada para todos os chefes de cartórios, e que todos passarão a receber a FC-6.

Condições de trabalho e contratação de mais servidores, assim como outras questões da pauta de reivindicações, devem ser abordadas na audiência.

FUNCIONALISMO

Marcha a Brasília dia 05 de junho; servidores vão dizer não ao congelamento salarial

A unidade dos servidores do Judiciário com os demais setores do funcionalismo é fundamental para vencer a política de arrocho, imposto pelo Executivo

O governo tenta seguir a lógica de corrigir as distorções nas mesas setoriais, resgatando a sua prática de dividir os trabalhadores que respondem com mobilização e greve nacional, como dos professores federais com 46 universidades paralisadas.

Os servidores darão continuidade no calendário de luta unificado com a construção da marcha a Brasília, dia 05 de junho, quando deve acontecer a reunião com a ministra do Planejamento Mirian Belchior. Na oportunidade, os servidores realizarão uma plenária no gramado da Esplanada dos Ministérios para discutir os próximos passos do movimento.

A partir do dia 11 de junho vários ramos do funcionalismo irão somar as mobilizações e greves já em curso, como dos servidores das Universidades Públicas, categorias do Poder Executivo, e servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica entre outras entidades nacionais.

ação é motivo para mobilização



A promessa de buscar negociação junto ao Planalto vinda do presidente do STF, ministro Ayres Britto, não deve desmotivar a categoria a retomar a mobilização. Ao contrário, esse compromisso assumido pelo ministro deve servir como um incentivo a cada servidor e servidora para que participem das atividades organizadas pelo sindicato.

Já estamos no meio do ano, e o tempo corre contra a gente. A promessa de abertura de negociação já é um resultado do esforço feito pela categoria. Mas somente as palavras não bastam, queremos atitudes concretas. E uma coisa é certa, um desfecho favorável dessa negociação depende da nossa participação nas mobilizações.

Logo após a aprovação do calendário de mobilização na 17ª Plenária da Fenajufe, a presidente do TSE, Carmen Lúcia, chamou a federação para uma audiência. Na última quarta-feira (23), foi a vez do presidente do STF, Ayres Britto, entrar em cena. O ministro foi à CFT e pediu aos parlamentares 15 dias para buscar negociação com o Executivo. Na mesma noite ele recebeu dirigentes sindicais, e foi alertado sobre a possibilidade de greve.

DEPOIS DO FUNPRESP

Governo estuda criar novo fundo de previdência

Após a privatização da previdência do servidor, o Ministério da Previdência estuda criar outro fundo, que "bancaria" as aposentadorias e pensões dos servidores inferiores ao teto do INSS, hoje em R$ 3.916,20. A notícia foi publicada no jornal Valor Econômico do dia 03 de maio. A intenção do governo, segundo a notícia, é "utilizar o regime de capitalização para custear as aposentadorias até R$ 3916,20".

Neste tipo de fundo, os recursos dos fundos são aplicados no mercado financeiro, se houver rentabilidade, os trabalhadores poderão receber suas aposentadorias. Caso não dê certo, "o Tesouro não teria que fazer aportes para cobrir déficits", afirmou o secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz ao jornal. Neste tipo de operação, o fundo seria responsável pelo pagamento dos benefícios.

Além disso, o governo começa a fazer uma campanha para que os atuais servidores abandonem o regime de aposentadoria, para aderirem ao Funpresp. O Sintrajud orienta, desde já, nenhum servidor a aderir ao fundo, pois nele, se sabe o quanto se paga, mas não o quanto vai receber.

O e greve em 13 de junho com os federais

dia 5 e na campanha conjunta do funcionalismo contra o congelamento salarial

Eleitorais de todo país. nato do calendário de balhadores do setor congelamento salarial PL 6613/2009, reformpliada da federação

lo no sábado (26), em sentantes de 25 sindidiciário e do MPU. "Teunidade e [começar] a ação dos principais esdeu Henrique Costa, di- e um dos delegados de

'Acreditar nos servidores'

A definição de como será a greve no dia 13 – tempo indeterminado ou por prazo determinado – ficou para ser debatido nos estados e definido numa reunião entre representantes dos sindicatos e a federação no dia 6.

O que foi consensual é a importância de unir forças com os demais servidores.

"Se a gente tem a oportunidade de fazer uma greve em conjunto com o funcionalismo federal depois de dez anos, por que perder essa oportunidade?", perguntou Paulo Falcão, diretor da Fenajufe e do sindicato de Alagoas (Sindjus-DF).

"Isto [a greve] não está dado, precisa ser construído. Mas precisamos unir forças para dizer: sem negociação não vai haver eleição", disse Adilson Rodrigues, também do Sintrajud, fazendo uma ponderação entre as dificuldades que a categoria enfrenta nacionalmente e a necessidade e a possibilidade de construir as mobilizações.

Os servidores não desprezaram a importância das promessas de movimentação do novo presidente do STF, ministro Ayres Britto, mas não demonstraram ilusões de que isso por si só vá resolver o impasse na aprovação do PCS.

"Temos que acreditar [nos servidores], temos que acompanhar a agenda da Dilma, temos que constrangê-la", disse Elcimara de Souza, servidora do Distrito Federal e integrante do Renova Sindjus-DF, oposição à direção do sindicato de Brasília, entidade cuja participação nesta luta nacional foi muito cobrada pelos participantes da reunião.

"Já perdemos a aposentadoria, e vamos continuar perdendo se não fizermos nada", disse Verônica Cavalcante Macial, também da delegação do Sintrajud, ao fazer um apelo à mobilização e à construção da greve.

Por Hélcio Duarte Filho,
enviado a Brasília

SEM CONDIÇÕES DE TRABALHO

Servidores da JT Santos permanecem trabalhando em meio à reforma; laudo médico aponta riscos físico

Poeira, ruídos, materiais desabando, tapumes, andaimes e ferramentas, este é o cenário da reforma em andamento que acontece em meio ao ambiente de trabalho no prédio.

Marcela Mattos



14/05/2012 - Condições de trabalho na JT Santos

Prestes a completar um mês do desabamento do forro da 6ª vara da JT Santos, ocorrido no dia 26 de abril, a administração do TRT-2, sequer despachou o requerimento do Sintrajud, protocolado no dia 02 de maio, cobrando rápidas providências para a situação do fórum.

O pedido do Sintrajud solicita que "seja suspenso o expediente no Fórum Trabalhista de Santos, enquanto perdurar os serviços de reformas. Alternativamente, se não acolhido o primeiro pedido, requer seja suspenso o expediente no referido Fórum, durante o período de realização de obras que causem maior impacto, risco e incômodo aos trabalhadores".

Laudo médico

O prédio recebeu no último dia 10 de maio, a visita do Médico do Trabalho, para verificar as condições de trabalho em que os servidores estão submetidos.

O relatório preliminar constatou o que o Sintrajud já vem sendo questionando: "a exposição de riscos físicos e químicos, o ruído das obras atrapalham o andamento dos trabalhos, servidores queixam de problemas respiratórios e outros em tratamento mesmo sem licença médica, poeira distinta da habitualmente é encontrada sobre papéis arquivados nas prateleiras, o arquivo no térreo visualmente parece extensão do canteiro de obras, iluminação prejudicada", entre outros apontamentos.

Corregedoria e OAB

Os problemas só acentuam, além do desabamento do forro, o prédio também sofre com inundações.

As péssimas condições de trabalho são tão caóticas que a própria Corregedoria do tribunal protocolou ofício junto à presidência da corte cobrando medidas urgentes para "sanar o caos instalado no prédio", diz o ofício.

A OAB local também foi procurada pelo Sintrajud para apoiar a reivindicação da categoria.

"Se a administração continuar empurrando o problema com a barriga os servidores vão decidir em assembleia a organização da suspensão dos trabalhos, durante a reforma", afirma Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud e servidor da JF de Santos.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a *ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 30 de maio do ano corrente, a partir das 15h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, com qualquer número.*

A assembleia será realizada na frente do Tribunal Regional Eleitoral, Rua Francisca Miquelina, 123, Bela Vista.

PAUTA:

1. Campanha Salarial 2012;
   - Informes;
   - Avaliação da Atividade do dia 30/05/2012;
   - Calendário de Mobilização;
2. Eleição de delegados para Plenária Nacional dos SPF´s-CNESF.
3. Outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 25 de maio de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
e **Inês Leal de Castro**
Coordenadores Gerais

TRT-2 / FÓRUM RUY BARBOSA

TRT-2 promete melhorar as condições de trabalho dos servidores do Fórum Ruy Barbosa

Sindicato reafirma o seu compromisso com a cobrança permanente junto à administração quanto às condições de trabalho

Kit Gaion


31/01/2012 - Assembleia na JT Barra Funda

As condições de trabalho no Fórum Ruy Barbosa, notadamente no que se refere ao reabastecimento de água, às variações de temperatura do ar condicionado entre diferentes Varas e setores, e à necessidade de substituição dos carpetes nas Secretarias das Varas, têm sido objeto de recorrentes queixas dos trabalhadores do prédio.

O Sintrajud protocolou um requerimento administrativo solicitando que a administração do TRT-2 tome com urgência as medidas necessárias para solucionar os problemas apontados, que afetam diretamente a saúde dos servidores.

Resposta da Administração

Reconhecendo os problemas levantados pelo sindicato, a administração informou que quanto ao ar condicionado, "o Serviço de Engenharia e Arquitetura do Tribunal tem efetuado ajustes localizados e individuais de forma que, na medida do razoável, seja possível minimizar o contraste térmico e atender concomitantemente as três Varas de cada setor", cita o expediente.

Sobre o carpete, a administração justificou a sua utilização devido a problemas estruturais quando da inauguração do prédio, e não sinalizou uma solução imediata para o problema, alegando que para tal obra seria necessário "retirar a Secretaria de cada Vara do local durante um período de, pelo menos 15 dias".

O sindicato seguirá cobrando a solução do problema, já que a administração reconhece expressamente o problema.

Quanto ao abastecimento de água potável, a administração assumiu as "irregularidades" no que trata aos galões de água e disse que área fiscalizadora responsável adotará medidas para que o problema não persista.

"A resposta apresentada é mais um instrumento que temos em mãos para comprometer a administração, e certamente será levada ao Tribunal nas próximas cobranças, caso as medidas necessárias não sejam logo adotadas. Continuaremos atuando sistematicamente na cobrança por soluções para os problemas em nossas condições de trabalho, de modo que as reivindicações dos servidores não fiquem esquecidas com o passar dos meses e dos anos", afirma Tarcisio Ferreira diretor do Sintrajud e servidor do fórum Ruy Barbosa.

Plano de Saúde da Amil preocupa os trabalhadores do TRT-2

Categoria quer transparência e diálogo por parte da administração quanto às medidas a serem tomadas com os desligamentos de credenciados

O sindicato tem sido procurado por vários servidores sobre o descredenciamento de clínicas médicas do plano de saúde do tribunal. O desligamento mais recente do plano foi o da Clínica Ortopédica Angélica, onde vários servidores são ou já foram atendidos.

O descredenciamento de médicos e clínicas do plano médico começa preocupa os servidores, pois a administração do TRT-2 não tem aberto um diálogo com a categoria sobre os problemas que estão ocasionando estes desligamentos.

Com relação à clínica acima mencionada, a comissão gestora do plano de saúde limitou-se a alegar, em comunicado, que "envidou esforços para que não houvesse o descredenciamento da clínica", porém não especificou quais teriam sido esses esforços, demonstrando certo conformismo diante dos supostos "motivos técnicos e comerciais" alegados pela operadora. Vale destacar que a legislação prevê o compromisso de manutenção da estrutura de atendimento ao longo da vigência do contrato.

O Tribunal deve se responsabilizar pelo fiel cumprimento do contrato, garantindo a necessária transparência perante as pessoas diretamente afetadas por quaisquer ocorrências. O Sintrajud continuará dando a devida atenção ao caso e buscará por todos os meios garantir o respeito aos direitos da categoria.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br
Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador**: Hélcio Duarte Filho | **Diagramação**: Roberto Gouveia | **Tiragem**: 13.000 exemplares